

Local: Sala de Reunião da SEPLAN – 5º andar PCR Data: 24/09/2018 Horário: 09:30 às 12:00h (manhã)

Pauta:

- ✓ Aprovação das atas da 6ª e 7ª Reunião do GT POT
- ✓ Apresentação dos desdobramentos da reunião do Grupo de Trabalho responsável pela Conferência do Plano Diretor

Participantes da reunião do GT POT:

- ✓ Dos conselheiros do poder público presentes: João Domingos, Inamara Melo, Glória Brandão, Fernando de Alcântara, Lorena Correia Veloso, Norah Neves, Carlos Maurício da Fonseca Guerra, Alexandre Sávio Pereira Ramos.
- Dos conselheiros de segmentos empresariais: Sandro Guedes (ADEMI).
- ✓ Dos conselheiros de entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Sandra Pires (OAB/PE), Cristiana Correia (CAU/PE), Danielle de Melo Rocha (UFPE).
- ✓ Dos Conselheiros do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental: Degenildo Trajano (PREZEIS), João José da Silva (MLPC), Giancarlo Costa dos Lírios (MLRT).
- ✓ Dos técnicos da PCR e Equipe Técnica do POT: Paula Bittencourt (Poder Público), Tarciana Medeiros (Poder Público), João Victor (Poder Público), Eliane Cabral (Poder Público), Socorro Cavalcanti (Poder Público), Adriana Figueira (Poder Público), Mônica Coelho (Poder Público), Adriana Frnaça (Poder Público), Ângela Carneiro da Cunha (Gabinete de Jayme Asfora), Bárbara Rodrigues (Universidade de Cardiff Inglaterra), André Araripe (Gabinete de Ivan Moraes), Luana Varejão (Gabinete de Ivan Moraes).

Resumo da reunião:

✓ Aprovação atas

João Domingos (Poder Público) perguntou se algum conselheiro teria contribuição a fazer nas atas da 6ª e 7ª reunião do GT POT, previamente enviadas. Ninguém se pronunciou. Informou, na

on 2

2-

, Olep



ocasião, que se consideram aprovadas as respectivas atas e orientou que no caso de alguma complementação seja enviado e mail à secretaria, com os devidos ajustes.

Resumo da reunião do Grupo de Trabalho da Conferência

Inamara Melo (Poder Público) apresentou uma síntese do que foi apresentado na última reunião com o Grupo de Trabalho responsável pela Conferência do Plano Diretor. Apresentou a distribuição dos delegados por segmento e o processo de habilitação. Entende-se que os delegados do Poder Público (40%) serão indicados e os dos demais segmentos (60%) seriam por votação ou representação.

Inamara Melo (Poder Público) apresentou as três propostas discutidas:

Proposta 01 (Poder Público):

- Total de 400 delegados e 100 observadores;
- Poder Público indica seus delegados;
- Disponibilização de 60 vagas para eleição através de votações nas devolutivas por RPAs, que seriam do segmento dos movimentos sociais e populares.
- Entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental, e demais articulações da sociedade civil complementariam as vagas restantes através da eleição de seus delegados, respeitados os critérios a serem decididos após ouvidos os quatro representantes do segmento no GT - POT;
- Empresariado ligado ao desenvolvimento urbano elege seus delegados através de representação ou votação na oficina do respectivo segmento;
- Entidades profissionais, acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais com atuação na temática urbana ou ambiental e ONGs voltadas para a temática urbana ou ambiental elegem seus delegados através de representação ou votação na oficina por segmento;

Proposta 02 (Ronaldo Coelho):

- Total de 450 delegados e 50 observadores;
- Retirada de 50 vagas de todos os quatro segmentos (1. Poder Público/ 2. Entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental, e demais articulações da sociedade civil / 3. Empresariado ligado ao desenvolvimento urbano/ 4. Entidades profissionais, acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais com atuação na temática urbana ou ambiental e ONGs voltadas para a temática urbana ou ambiental) seguindo a proporcionalidade estabelecida pelo Conselho, para a inclusão de pessoas que não estão vinculadas a segmentos, na ocasião da votação por RPAs.



 Disponibilização de 50 vagas (observadores) + 50 vagas (provenientes dos 04 segmentos), totalizando 100 vagas para as pessoas que não estão ligadas a nenhum segmento e serem distribuídas nas eleições das RPAs.

Proposta 03 (Cristiana Correia):

- Total de 430 delegados e 70 observadores, sendo 24 vagas de delegados de demais segmentos da sociedade para pessoas que não estão ligadas a entidades;
- Disponibilização de mais 06 vagas por parte dos três segmentos para as pessoas que não estão ligadas a entidades, observada a seguinte proporção:
 - Entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental, e demais articulações da sociedade civil — 03 vagas;
 - 2) Empresariado ligado ao desenvolvimento urbano **01 vaga**;
 - Entidades profissionais, acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais com atuação na temática urbana ou ambiental e ONGs voltadas para a temática urbana ou ambiental – 02 vagas;

TOTAL DE 30 VAGAS DISPONIBILIZADAS A PESSOAS QUE NÃO ESTÃO LIGADAS A SEGMENTOS, SENDO 05 VAGAS POR RPA.

Inamara Melo (Poder Público) informou que a comissão, na ocasião, não se reuniu para decidir nada, mas, sim, para construir propostas a serem apresentadas e discutidas com o GT e posteriormente homologadas no Pleno do Concidade. Também externou a preocupação com relação as propostas 02 e 03 que alteram a proporção dos segmentos.

João Domingos questionou como seria a eleição dos sindicatos e movimentos sociais e respondeu que seria nas oficinas por segmento.

Inamara Melo (Poder Público) pontuou que a questão mais delicada dessa discussão diz respeito às eleições de delegados e a representação por segmento. Informou que, enquanto isso, o Poder Público vai ter como referência, para o processo de elaboração da proposta de minuta, o que foi adotado nas conferências, conforme acordado na reunião anterior, quando foi questionado se os outros segmentos se habilitavam a auxiliar o Poder Público na construção dessa minuta e foi sinalizado que o Poder Público poderia tomar a frente.

Glória Brandão (Poder Público) informou que, no Plano Diretor de 2008, não houve eleição direta para delegados. Na época, todos os movimentos indicaram suas representações. Questionou se será adotada esta opção. Pontuou também que os movimentos poderiam escolher seus representantes de outro modo

20

A

Jan 8

A R



e informou que esse processo deveria ser votado e pactuado no GT-POT. Levantou que é preciso elencar as possibilidades para escolha dos delegados.

Relatou a possibilidade de se abrir um processo de inscrição das entidades por segmentos constantes da Lei do Concidade. Ressaltou a necessidade de ser decidido se a eleição de delgados será por representação ou votação ou ainda por ambas as formas.

João José (MLTC) solicitou um prazo para conversar com os movimentos a fim de evitar problemas posteriores. Pontuou que as vagas destinadas a entidades sindicais e categorias profissionais são minoria, ficando a maioria para os movimentos populares.

Inamara Melo (Poder Público) solicitou que seja feita inversão da forma como está discriminado o segmento, passando a ser: movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana, demais articulações da sociedade civil e entidades sindicais de categorias de trabalhadores.

João José (MLTC) informou a necessidade de fazer essa conversa a fim de evitar problemas futuros. Informou que já havia sido feita a solicitação desse alinhamento prévio entre os movimentos e que esse momento seria pra dirimir as divergências e que essa nova rodada exigirá mais uma reunião.

Inamara Melo (Poder Público) pontuou também que, na reunião anterior, foi solicitado que os quatro integrantes e representantes do segmento das entidades, movimentos, articulações sociais e sindicatos apresentassem uma proposta de como será o processo de escolha dos delegados. Não tendo havido essa conversa, salienta que ficará em aberto para que os movimentos se reúnam e alinhem as expectativas até o final desta semana (28/09/2018). Deixou claro que já se têm 24 entidades desse segmento como delegados natos (CONCIDADE), 23 delegados para novas indicações e 60 para eleições diretas nas RPA's. Seriam 23+24= 47 entidades dos movimentos sociais e populares com representação na conferência da cidade.

João Domingos (Poder Público) questionou se ficou claro e se poderia avançar nesse ponto.

Registrou que a ideia era que essa discussão prévia dentro dos segmentos já tivesse acontecido, pois terá que adiar esse posicionamento para uma próxima reunião, protelando o processo.

A ideia era que, na presente reunião, fossem dirimidos os problemas. Perguntou a indefinição seria com relação aos delegados do segmento das entidades e movimentos sociais, que João José e Degenildo representam, ou do processo como um todo.

João José (MLTC) respondeu que, com relação ao seu segmento, reiterou que irá ser discutido entre seus representantes, como também a proposta em geral, mas pontuou que a questão maior dos movimentos populares era chegar a um consenso sobre o processo de escolha dos seus delegados.

200

A.

M &



Inamara Melo (Poder Público) esclareceu que, no segmento das entidades profissionais, universidades e ONGS, as vagas seriam subdivididas por estes três subgrupos.

Pontuou que entende a necessidade de uma conversa com o segmento, apesar de ter sido tratado em reunião anterior que essa conversa deveria acontecer previamente e que a presença de quatro representantes dos movimentos era imprescindível naquela reunião, para que se pudesse avançar e ter uma deliberação naquela data. Informou que os quatro representantes haviam sido convocados. Sugeriu, na ocasião, como encaminhamento, que poderia ser avançado paulatinamente com a pactuação do número de vagas e o debate dos critérios da eleição ou indicação por segmento. Sugeriu que se pactue a proposta como um todo, assim como o número de vagas, e que se discutam os critérios para as eleições ou indicação dos números de delegados tratados. Propôs que se avance nos critérios para as primeiras 60 vagas dos segmentos dos movimentos sociais e sindicatos, e se discutam os critérios para indicação dos outros 23 restantes, no intuito de adiantar o processo.

João Domingos (Poder Público) apresentou quadro comparativo das propostas e explicou cada uma delas. Ele solicitou que fique claro o que é candidato avulso ou candidato de um segmento. Do seu ponto de vista, entende que candidato da sociedade civil organizada representa um grupo.

Inamara Melo (Poder Público) informou que, nas propostas 01 e 02, não se discutiu se as vagas seriam para votos avulsos. A distinção é que, numa proposta seriam 60 e na outra, 100 vagas, não estando definido se seriam votos avulsos ou ligados a algum "grupo".

João Domingos (Poder Público) apresentou as propostas novamente. E questionou se alguém queria se pronunciar.

Cristiana Correia (CAU) esclareceu o que teria sido a sua proposta. Pontuou que as vagas destinadas às RPAs seriam para pessoas avulsas e que essas pessoas seriam votadas pelos participantes das devolutivas.

Inamara Melo (Poder Público) informou que não existiria uma definição de segmentos nas RPAs e sim que seria uma eleição de pessoas da sociedade civil. Alertou que, tanto na proposta 02 quanto na 03, a proporção das representações dos segmentos é alterada e externou sua preocupação.

João Domingos (Poder Público) questionou se essas vagas serão votadas por todo mundo presente nas RPAs. Questionou como seria a eleição dos movimentos e sindicatos, se seriam na devolutiva ou nas oficinas por segmento.

Inamara Melo (Poder Público) esclareceu que a proposta número 02 contempla 50 delegados retirados dos observadores e os outros 50 seriam provenientes dos segmentos da sociedade, para eleição do cidadão comum, que tivesse interesse em se candidatar como delegado nas RPAs. Alerta para a alteração proporcionalidade de representação dessa proposta.

20 V

1.

My) (

-M an

B



Gloria Brandão (Poder Público) pontuou que é ótimo existir a possibilidade de uma eleição para pessoas avulsas mas pondera que o que se está discutindo é a segunda lei mais importante da cidade e que o cidadão(ã) que venha a ser delegado(a) nessa eleição, caso não esteja ligado a um movimento ou representação específica, poderá apresentar o que quiser, portanto entende que é preciso cautela. Pontuou também que a conferência de 2008 foi de apenas de representação. Ressaltou a importância de não se restringir a participação apenas aos grupos com assento no conselho. Sugere que se abram vagas para entidades e segmentos que se manifestem como interessados, e durante as plenárias de cada segmento, dever-se-á resolver quem efetivamente será indicado.

Sandro Guedes (ADEMI) realçou que a discussão está muito pautada na eleição dos delegados. Pontuou que, na reunião anterior já se discutiu a representatividade e proporcionalidade dos segmentos. Ponderou que, apesar de ninguém está satisfeito com sua representatividade, é preciso que a proporcionalidade adotada na lei do Conselho seja respeitada. Entende que essa proporcionalidade pode ficar totalmente desequilibrada com essa possibilidade de transição de vagas, então deve se seguir o formato previsto na Lei do Concidade.

Sandra Pires (OAB) solicitou alguns esclarecimentos:

- Os delegados numa conferência, não estão ligados a uma representação?
- A representação, na primeira proposta, não segue a proporcionalidade do Conselho e GT POT?
- Essa proporcionalidade que se adota no Conselho já não é uma réplica do modelo nacional?
- Na discussão do grupo que trabalhou essas propostas, qual a justificativa para se abrirem vagas para candidatos avulsos na segunda e terceira proposta?

Norah Neves (Poder Público) pontuou que fica preocupada com relação a candidatos avulsos. Entende que qualquer candidato deve representar um grupo da sociedade. Não consegue imaginar um cidadão individual.

Inamara Melo (Poder Público) informou que o entendimento para abrir vagas nas RPAs era a necessidade de tornar o processo mais democrático e participativo. Pontuou que todas as três propostas apresentam vagas para as RPAs, porque se enxergou a necessidade de uma escuta regionalizada na cidade e que não chegou a evoluir se essa eleição seria realizada no mesmo dia da RPA ou em um dia específico de eleição. Entendeu-se que a representação seria por RPA e não se chegou a evoluir se estaria ou não ligada a grupos e segmentos.

João Domingos (Poder Público) informou que o Poder Público vai manter a proporcionalidade prevista no Concidade. Propôs serem avaliados os critérios para escolha dos demais segmentos.

21 g

A ,

Duy



Degenildo Trajano (PREZEIS) enfatizou que ninguém quer abrir mão de nada. Então os movimentos também não irão abrir, e isso só será resolvido após reunião entre os seus representantes, para tomar uma posição. Pontuou que a ideia é que a Conferência tenha 450 delegados e 50 observadores. A proposta seria, inicialmente, de 100 vagas a serem eleitas nas RPAs, porém, ressaltou que não houve consenso no segmento.

Sandra Pires (OAB) questionou sobre o cenário de 83 vagas para os movimentos, sendo 24 delegados natos. Perguntou se os outros 59 seriam por indicação ou votação e expôs que, entendendo que essa diferença (59) mais 50 observadores, já se teria mais do que os 100 candidatos solicitados pelos movimentos.

João Domingos (Poder Público) apresentou os cenários novamente.

Sandra Pires (OAB) falou das distorções dos percentuais do conselho tanto na proposta 02 como na 03. No tocante à proposta 01, quando se têm os 50 observadores, ela entende que não está violando a proporcionalidade.

João Domingos (Poder Público) informa que esse processo é de representações. E que no seu entendimento as pessoas precisam estar vinculadas a segmentos.

Inamara Melo (Poder Público) fala que poderia se construir um quarto cenário agora, sem alterar o problema de quantas vagas serão eleitas nas RPAS e pontua que essa é a questão.

Cristiana Correia (CAU) questionou se essas vagas que vão para a RPA não podem ser por segmento.

Inamara Melo (Poder Público) esclareceu que, quando se decidir o número de vagas para as RPAs, já se deve discriminar para quem estas serão disponibilizadas. Apresentou, na ocasião, a seguinte proposta:

Cenário 04:

- 107 vagas +13 vagas = 120 vagas;
- Retirar 60 para eleição por RPA (24 que é do CONCIDADE);
- 60 para oficinas por segmento.

Essa proposta respeita a proporcionalidade geral.

Sandra Pires (OAB) considera essa sugestão interessante e pontua que a proporcionalidade do Concidade deve ser respeitada.

Inamara Melo (Poder Público) redistribuiu as 50 vagas de observadores que se transformarão em delegados, assumindo a proporcionalidade por segmento.

SM 1

1

(M)

9



João Domingos (Poder Público) validou junto ao GT uma quarta proposta, respeitando a proporcionalidade: Nesse Cenário, ficaram 450 delegados e 50 observadores, sendo:

- 96 Movimentos e sindicatos;
- 48 Empresariado;
- 72 Conselhos, ONGs e Universidades;
- 144 Poder Público.
- Total de 360, sendo 90 delegados NATOS.

Essa proposta foi aprovada pelo GT por unanimidade.

Inamara Melo (Poder Público) informou que o processo de definição dos delegados e escolha será feito por segmento. Pontuou que a forma de habilitação será discutida em momento posterior.

Esclareceu que feita a arrumação geral do quantitativo de vagas, entende que cada entidade deverá enviar uma carta indicando seus representantes.

Alexandre Ramos (SDSMA) pontua que considera a ideia dos candidatos em manifestar seu interesse bem legal. Entende que tem muita entidades dentro da RMR e esse cadastramento pode ser válido, para mapear quem realmente tem interesse em participar do debate.

Glória Brandão (Poder Público) reitera a importância do momento de cadastramento das entidades por segmento. Alerta que não se pode restringir uma única instituição como a única representante de todo um segmento, a exemplo dos conselhos profissionais, Universidades e ONGs. Entende que se deve definir uma regra que estabeleçam os critérios a serem adotados para a escolha dos delegados.

Norah Neves (Poder Público) pontua que a dificuldade seria avaliar quais os segmentos têm a ver com o desenvolvimento urbano.

Inamara Melo (Poder Público) entende que agora o foco é a proporcionalidade e número de vagas e o processo de eleição, a discussão dos critérios deve ser feita em momento posterior.

Questiona o alinhamento dos movimentos sociais e expõe que, na sua opinião, o preenchimento de todas as vagas pelos segmentos é bem difícil. Entende que a ampliação de vagas é plausível apenas para os movimentos. Solicitou que os movimentos pensem um número plausível para comportar as suas representações.

Fernando Alcântara (Poder Público) informou que acha que a proposta está bem encaminhada e quer reforçar que esse grupo de trabalho configura uma comissão para todo o processo dessa conferência. Entende que essa comissão deve trabalhar a respeito do credenciamento, cuidando não só da chamada pública das entidades e movimentos interessados em participar da Conferência, mas por tudo o que ficou acertado durante o processo da conferência, ou seja, pelo seu funcionamento.

Sur J

J. A.S.



Sandra Pires (OAB) perguntou como se dará a divulgação desse edital.

Degenildo Trajano (PREZEIS) questionou o prazo da publicação do edital, para se programar e conversar com o pessoal.

João Domingos (Poder Público) informou que deve haver uma sinalização dos movimentos pois precisa avançar com isso ainda essa semana. Comunicou que será convocada uma reunião extraordinária para tentar dirimir essas questões.

Glória Brandão (Poder Público) destacou que:

- É necessário o edital de chamamento das entidades e movimentos, a partir de um regramento sobre o processo de escolha dos delegados de cada um dos segmentos sociais;
- A próxima reunião precisa ser o quanto antes para fechar esse regramento;
- Ponderou que o GT deve avaliar se todos os seus integrantes ficarão à frente da condução desse processo, ou seja, se o GT como um todo ficará responsável ou se entendem que se deverá criar uma comissão, entre seus componentes, para tal fim, inclusive, para redação do regimento da Conferência.

João Domingos (Poder Público) pontuou que a questão do processo de habilitação, no seu entender, estava equacionada.

Comentou que se vier a ficar definido que as indicações dos movimentos sociais e sindicatos vão se dar em duas etapas (parte por eleição e parte por indicação), entende que, no segundo momento, se abrirá um edital para cadastramento das instituições. No ato da oficina por segmento, serão dirimidas lá dentro as indicações das composições.

Já para o processo de eleição frisou ser necessário fazer uma reflexão se seria nas devolutivas ou numa data própria, com inscrição nas RPAs e um processo eleitoral regionalizado por RPA para eleição.

Outra questão é quem pode se habilitar, como será o processo de habilitação e o processo de votação. Apresentou algumas possibilidades:

- Votação nas devolutivas (votação regionalizada);
- Habilitação das devolutivas (votação geral).

André Araripe (Gab. Vereador Ivan Moraes) ficou com dúvida se os movimentos e sindicatos já concordaram com essa possibilidade de ser parte por votação e parte por indicação. Entende que se colocar tudo dentro das oficinas por segmento, fica mais efetivo e preciso. Não vê sentido em se fazer um chamamento para se ter uma votação para 10 vagas por RPA.

João Domingos (Poder Público) pontuou que os segmentos seriam uma opção mais representativa, portanto, ele perguntou se se juntar as duas propostas, une-se em uma única alternativa?

Su g

J. A

W -9



Inamara Melo (Poder Público) comentou estar espantada com algumas das propostas. Isto porque, enquanto estavam falando em transformar o projeto mais participativo e transparente, justamente aqueles que sempre pleitearam participação popular, transparência e um processo democrático falam em eleger 120 delegados sem ouvir o conjunto da população e sem ter representação regional. Ressalta que essa proposta é totalmente contrária ao debate inicial. Sublinhou que se querem deixar o processo aberto para a cidade, seria muito importante deixar o processo aberto mediante votação de delegados(as) por RPAs. Pontuou que se deve primar por um processo participativo e aberto, mantendo 60 vagas nas eleições por RPAs.

Propôs que se façam as devolutivas à noite, onde se deve perguntar se as pessoas têm interesse em ser delegado(a). Ao final, divulga-se no telão a relação das pessoas que se inscreveram e distribuiem-se as cédulas para eleição. Informou que a Concape já fez esse processo várias vezes, não considerando, pois, tratar-se de um problema esta parte operacional.

Entende que é importante ter essa representação vindo da sociedade. No seu entendimento podem existir 60 instituições com assento na conferência da cidade, sendo 120 vagas para esse segmento dos movimentos e sindicatos. Defendeu a participação por RPA e a abertura de vagas para esse momento.

João José (MRLT) comentou que achava importante falar nesse processo de democracia, pois, desde o princípio, o movimento queria fazer as discussões e votação por RPA e por microrregião, e todo o tempo a gestão disse que não dava. Pontuou que eleger um número pequeno por regiã, a exemplo de 04 delegados na RPA01 (se considerar a proporcionalidade do tamanho da região), seria insignificante.

Inamara Melo (Poder Público) informou que seriam aproximadamente 10 candidatos por RPA, obedecendo ao critério populacional, não chegando a 4 delegados em nenhuma RPA. Destacou que estava enfatizando a importância de eleições nas RPAs, fazendo isso com uma cédula eleitoral.

João José (MRLT) disse que esse formato não funciona.

Inamara Melo (Poder Público) pontuou que os movimentos estão querendo reduzir o processo democrático para a escolha de delegados numa oficina temática de 100 pessoas, as quais é quem escolherá os 90 delegados.

João José (MRLT) questiona o processo atropelado de revisão do Plano Diretor e o que estava sendo apresentado não ampliava a democracia.

Inamara Melo (Poder Público) questionou se havia interesse por parte dos movimentos em restringir a participação dos movimentos sociais e sindicais.

João José (MLRT) argumentou que o Poder Público estava querendo pautar ali a forma de eleições de delegados par os movimentos sociais. Contudo, o movimento estava ressaltando a necessidade de se dispor



de um tempo para que suas entidades e articulações pudessem conversar e definir o processo de escolha de seus delegados.

Degenildo Trajano (PREZEIS) afirmou que precisa ficar claro que as 96 vagas, depois dessa nova distribuição, sairão do segmento da sociedade civil, então quem pode decidir como será feito é a própria sociedade civil. Pontuou a necessidade de conversa com o seu grupo. Expôs que se o grupo achar que deve ser na RPA, vai ser lá, mas se quiserem que seja de modo diferente, será conforme alinhado. Pontuou que as 96 vagas sairão dos movimentos sociais e não do empresariado ou do poder público. Portanto, precisa-se de um tempo para conversas, análise e definição.

Cristiana Correia (CAU) entende que os movimentos possam decidir, mas que foram disponibilizadas vagas proporcionais de outros segmentos para que se tivesse exatamente essa eleição por RPA. Pontuou que se não houver a eleição por RPA, ela volta atrás do seu voto quanto à proposta de aumento de 400 para 450 delegados, sendo tirados 50 dos observadores.

Degenildo Trajano (PREZEIS) disse que essas treze vagas que seriam obtidas da disponibilização das 50 dos observadores, a seu ver, não melhoravam muito a situação. Assim sendo, pontuou que se for para obrigar a eleição por RPA, é melhor voltar para o número que estava de 400 vagas.

Glória Brandão (Poder Público) enfatizou que seria importante frisar que cada pessoa ou entidade não representava sozinha um segmento social ou a sociedade civil. Destacou, por exemplo, a importância de várias entidades e movimentos de cada segmento poderem participar. Salientou que também com relação ao poder público, isto era necessário, a exemplo da relevância da Câmara de Vereadores estar presente nas discussões e na Conferência, como costumeiramente não faz no CONCIDADE, para que seus representantes possam discutir com o povo (os delegados dos demais segmentos) as bases e diretrizes do Projeto de Lei de revisão do Plano Diretor.

Questionou novamente se o GT vai ficar à frente desse processo de escolha dos delegados e de preparação da conferência ou se vai preferir que constituir uma comissão entre seus conselheiros, que representam os diversos segmentos.

Sandra Pires (OAB) informou que o grupo está tentando uma proposta para se ter parte das vagas destinadas à eleição em RPA, mas, por outro lado, João José (MLRT) vem pedindo um tempo para que as entidades e movimentos de seu segmento discutam entre si como será o processo de escolha de seus delegados. Considera então que esse espaço deve ser dado ao segmento.

Ela entende que já houve avanços. Propõe que o grupo se reúna até a sexta-feira e traga uma proposta na segunda-feira, inclusive discutindo as possibilidades colocadas naquela reunião. E se deve criar um grupo de trabalho para decidir os detalhes da conferência.

or I

and all



Inamara Melo (Poder Público) entende que todo o coletivo do GT POT deve tratar sobre as eleições dos delegados, sendo observadas suas diferenças. Por isso, compreende que cada segmento discuta com suas entidades e movimentos. Porém, realça que é muito ruim que apenas o segmento indique os seus nomes de forma aleatória, isto é, sem que seja adotada uma regra discutida com os demais integrantes do GT, para que o processo se torne transparente.

Destacou ser preciso avançar nesses aspectos para não deixar as pessoas de fora. Ressaltou que os critérios precisam estar estabelecidos e do conhecimento de todos e todas para que seja um processo que dê a possibilidade das pessoas e entidades participarem igualmente e as ponderações devem ser realizadas por cada segmento.

Ela fez um apelo aos movimentos para que se abra o espaço de participação, sendo pactuado um prazo para o alinhamento solicitado, com vistas a que o segmento possa apresentar ao GT, na próxima reunião, sua proposta, a ser discutida. Solicitou que acolham o apelo da necessidade de ter uma representação por RPA, enfatizando que tal proposta era pertinente e necessária para que se alcance um processo participativo e democrático nessa Conferência do Plano Diretor.

João Domingos (Poder Público) informou que, desde as primeiras falas de João José, quando registrou a necessidade de se reunir e conversar com seu grupo, o Poder Público sinalizou que sim. Entretanto, era preciso avançar em outros pontos e conseguir alinhar outras questões, a exemplo do alcance da proporcionalidade do conselho.

Referente à escolha dos delegados por votação por RPA, indicação por entidades e movimentos de cada segmento ou mediante um processo misto (que contemple ambas as propostas), deveriam ser vistos os pontos convergentes, cabendo ainda alguns detalhamentos. Reforçou algumas questões relacionadas aos segmentos. Pontuou que a posição dos segmentos é importante, mas, no seu entender, não é um processo onde cada segmento evoque para si a definição do processo de escolha, pois esse processo deve ser amplo, democrático e transparente.

Chamou uma nova reunião, durante dois turnos, no intuito de avançar nessa temática e informou que seria enviada uma proposta preliminar de uma resolução.

Como também existe a necessidade de uma deliberação maior pelo Conselho da Cidade, conforme posto por Degenildo, será feito o encaminhamento de convocar essa plenária.

Inamara Melo (Poder Público) questionou se não seria interessante que os movimentos enviassem a proposta antes da próxima reunião do GT-POT.

André Araripe (Gab. Vereador Ivan Moraes) questionou as deliberações referentes a datas, locais, etc.

João Domingos (Poder Público) respondeu que essas questões serão fechadas na próxima segunda-feira.

Sandra Pires (OAB) reforçou que a condução do processo dessa mesa sempre foi muito aberto e democrático e que esse processo tem sido muito tranquilo, apesar do problema do prazo.

200

P.

12



Ressaltou que, o que for trazido como proposta, será votado no GT. No tocante a eleições por RPA, os outros segmentos também irão divulgar através de edital e entende que se essa for a proposta dos movimentos, ela não vê problema.

✓ Encaminhamentos:

Ficou agendada a próxima reunião para o dia 01/outubro, nesta mesma sala, durante os dois turnos, se necessário, conforme propôs João Domingos, a fim de se vencer esse debate.

João Domingos informou que será feita a convocação da reunião plenária do Conselho da Cidade para ser apresentado o que foi decidido pelo GT.

Solicitou que todos os segmentos que tenham propostas a serem apresentadas, tragam-nas para serem discutidas na próxima reunião.

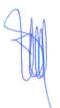
Conselheiros presentes que integram o GT para a Construção do Regimento da Conferência:

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
João Domingos (Poder Público) - Titular	
Glória Brandão (Poder Público) - Suplente	1 84
Fernando de Alcântara (Poder Público) - Titular	The same
Lorena Correia Veloso (Poder Público) - Suplente	
Inamara Melo (Poder Público) - Titular	Gamarea S. Hel
Norah Neves (Poder Público) - Titular	Und
Carlos Maurício Guerra (Poder Público) - Titular	MAAN
Alexandre Ramos (Poder Público) - Suplente	Yank Uy
Sandro Guedes (ADEMI/PE) - Titular	
Sandra Pires (OAB/PE) - Titular	Dank. 67
Cristiana Correia (CAU/PE) - Titular	fas have bones de Ah-
Danielle Rocha (UFPE)- Titular	Danile MIL



João José da Silva (MLPC) - Titular	Poas Pone, dy Silve
Giancarlo dos Lírios (MLRT) - Titular	garagh et de Lin
Degenildo Trajano (PREZEIS) - Titular	Degenildo Bertomo.





ERRATA

ATA - 9ª Reunião do Grupo de Trabalho do Plano de Ordenamento Territorial (GT POT)

• Página 4 ONDE SE LÊ: "João José (MLTC)"
LEIA-SE: "João José (MLPC/PE)"
Página 10 ONDE SE LÊ: "João José (MRLT)"
LEIA-SE: "João José (MLPC/PE)"
 Página 10, terceiro parágrafo, terceira linha. Fala de João José (MLPC/PE). ONDE SE LÊ: "regiã"
LEIA-SE: "região"
Página 10, nono parágrafo, segunda linha. Fala de João José (MLPC/PE). ONDE SE LÊ: "par"
LEIA-SE: "para"

Recife, 23 de outubro de 2018

Tarciana Cecilia Medetros Lopes Gestora de Apoio ao Conselho da Cidade de Recik Mat. 97.214-1 Secretaria de Planejamento Urbano / PCR